

## Mudança no Código Florestal causa reação

**Sarney Filho prepara estratégia para evitar que proposta da bancada ruralista seja aprovada no Congresso**

**São Paulo** - O ministro do Meio Ambiente, José Sarney Filho, declarou que vai enviar carta para cada todos os parlamentares e se reunir com cada uma das bancadas para explicar a proposta do Governo, elaborada pelo Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama), para as mudanças no Código Florestal e evitar que o projeto do deputado Moacir Micheletto (PMDB-PR) seja aprovado no Congresso. Se isso não adiantar e o projeto for aprovado, Sarney Filho garante que o presidente Fernando Henrique Cardoso irá vetá-lo, porque representaria um retrocesso. "Vai contra o interesse da sociedade brasileira", disse o ministro.

A aprovação do projeto de Micheletto de alteração do Código florestal, ontem, na comissão parlamentar criada para fazer a proposta de conversão da Medida Provisória 1.956-49 em lei, deixou decepcionados os ambientalistas que, desde o final do ano passado, lutam para que uma proposta mais restritiva fosse encaminhada.

Caso seja aprovado no Congresso Nacional (por maioria simples ou voto de liderança), a área de reserva legal na Amazônia cai de 80% para 50% e no Cerrado amazônico especificamente, de 50% para 20%. O texto prevê ainda a isenção da recomposição das áreas destinadas à reserva legal para propriedades de até 25 hectares, em qualquer parte do país (em estados como Santa Catarina, Paraná e Espírito Santo isso corresponde a mais de 50% das propriedades). Além disso, áreas de preservação permanente (topos de morro, margens de rios etc.) poderão ser computadas à reserva legal.


Apesar do ministro Sarney Filho ter encaminhado à comissão a proposta elaborada pelo Conama, depois de um processo de consulta em vários estados e apoio das organizações ambientalistas, o texto de Micheletto passou em troca da votação da bancada ruralista no novo salário mínimo de R\$ 151,00.

### Desmatamento

"Esse desastre é de responsabilidade integral do governo, que mexeu numa lei que está em vigor há mais de 30 anos de forma irresponsável", afirmou João Paulo Capobianco, coordenador do Instituto Socioambiental (ISA). "A sociedade civil fez tudo o que pode para ajudar o governo a inverter essa situação. Agora, cabe ao governo resolver o problema que ele mesmo criou", disse.

A Medida Provisória 1.946, que dispõe sobre mudanças no Código Florestal (lei de 1968), vem sendo reeditada desde 1996. Essa Medida Provisória foi decretada na época como resposta do Governo ao desmatamento recorde de 30 mil Km<sup>2</sup> registrado no ano anterior na Amazônia e aumentou para 80% a área de floresta protegida naquela região. A taxa de desmatamento de 1999 anunciada há poucas semanas ficou em torno dos 17 mil Km<sup>2</sup>. "Caso da proposta dos ruralistas seja aprovada em plenário, o Brasil voltará a bater recordes de desmatamento", diz Garo Batmanian, secretário geral do WWF-Brasil.

Segundo Adriana Ramos, assessora política do ISA, a vinculação com a votação do salário mínimo acabou dando mais visibilidade ao projeto, gerando indignação na opinião pública. Esse fato deverá ser usado pelos ambientalistas, que planejam manter a mobilização contra o projeto aprovado ontem. "Vamos fazer um trabalho corpo-a-corpo com os deputados através de suas bases em cada estado para correr atrás do prejuízo", disse Mário Mantovani, diretor da Fundação SOS Mata Atlântica, durante o Seminário Internacional sobre Tendências Florestais, que está acontecendo hoje em Curitiba.

 Documentação	
Fonte	<i>Agência Estado</i>
Data	<i>14/5/2000</i> Pg
Class.	<i>62</i>

Página da W

2 de 2

A campanha SOS Florestas (disponível através do Portal do Grupo Estado), deflagrada pelas ONGs para a sociedade se manifestar a favor da proposta do Conama continua no ar, no site de várias entidades.